



EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DELICITAÇÃO DO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

REFERENTE AO RDC 03/2021

ESCLARECIMENTO

EFA ACRIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 29.708.632/0001-96, sede em Manaus Rua Canguçu, 02, sala 02, - bairro:Cidade Nova - CEP: 69.096-090 – Manaus/AM, por intermédio de sua representante legal que esta subscreve, tempestivamente com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109 da Lei 8666/93, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria esclarecer e mencionar o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).QUE SUSCITA SOBRE A EXIGENCIA DOS ATESTAODS OPERACIONAIS SEREM REGISTRADOS NO CREA OU CAU.

É importante informar que, nossos ATESTADOS OPERACIONAIS, já foram objetos de julgamentos por está Comissão de Licitação no CERTAME DO RDC n.º 17/2020, os quais atenderam plenamente o exigido no Edital daquele certame,mesmo assim, vale esclarecer alguns pontos nesta diligencia, sobre os atestados operacionais.

Contribuindo com a decisões já tomadas, apresentamos os fundamentos que sustentam tal decisão com a resolução do CONFEA e de leis pertinentes:

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO- OPERACIONAL NÃO EXIGE REGISTRO NO CREA

Em se tratando de serviços que envolvam parcelas afetas à engenharia, será indispensável que tanto a pessoa jurídica como o responsável técnico sejam registrados perante o CREA (veja-se o art. 15 da Lei nº 5.194/6).

Sendo assim, não é prescindível a exigência de comprovação do registro de tais pessoas perante o CREA, nos termos em que autoriza o art. 30,I, da Lei de Licitações.

Contudo, no que tange aos atestados, somente aquelesCREA, conforme se depreende do Manual de Procedimentos Operacionais:



“1. Do atestado: O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e **identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.**

1.1. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer **prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.**

(...)

Recomendação:

Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:

O atestado registrado no Crea constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT:

(...)

O Crea não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.

Fundamentação:

Da caracterização do atestado como documento técnico O procedimento para o registro do atestado no Crea passou a ser regulamentado em atenção ao art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, **que objetiva comprovar a capacidade técnico-profissional das empresas em processos licitatórios.**

Apesar do argumento de que a Lei de Licitações define a emissão do atestado como um ato declaratório do contratante, a análise conjuntado art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, com os arts. 13 e 14 da Lei nº 5.194, de 1966, obriga que os elementos quantitativos e qualitativos relativos à obra ou serviço realizado sejam declarados por



profissional habilitado, uma vez que o leigo não possui conhecimento técnico para fazê-lo.

Em razão do grau cada vez maior de especificidade dos dados constantes dos atestados, visando subsidiar as análises de compatibilidade de características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, esta declaração técnica passou a ser de extrema importância para a salvaguarda dos interesses sociais, uma vez que evita a certificação pelo CREA de documentos cujos dados podem não condizer com a realidade e, por conseguinte, **dificulta a participação no certame de empresas que não atendem aos critérios de capacitação técnico- profissional.**”

Dizer que somente os atestados referentes à qualificação técnico-profissional devem ser registrados perante o CREA significa que aqueles relativos à qualificação técnico-operacional não precisam ser registrados nessa entidade.

Nem poderia ser diferente, uma vez que os atestados de qualificação técnico-operacional visam a comprovar, segundo Marçal Justen Filho, que **“a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.”**¹

Como a atuação das pessoas jurídicas depende da presença de profissionais habilitados, os quais são indicados como responsáveis técnicos pela execução das obras e serviços de engenharia, **tem-se como razoável e pertinente que a exigência do registro dos atestados junto ao CREA se restrinja à qualificação técnico-profissional.** Assim, os atestados referentes à qualificação técnico-operacional, como visam apenas a demonstrar que a pessoa jurídica já atuou em objeto semelhante ao pretendido pela Administração, basta a sua apresentação, sendo **dispensável** o seu registro perante o CREA.

Nesse sentido, valendo-se justamente dessa interpretação, o TCU exarou o Acórdão nº 128/2012 – 2ª Câmara, no seguinte sentido:

“1.7. Recomendar à UFRJ que **exclua dos editais** para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos **atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes**, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual⁴²¹ de Procedimentos



EFA EMPREENDIMENTOS

CNP :J29.708.632/0001-96

Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011. ”

Significa dizer, para a qualificação técnico-operacional, seguindo o entendimento exposto pelo CONFEA em seu Manual de Procedimentos Operacionais e pelo TCU no citado Acórdão, **não será possível exigir o registro do atestado operacional junto ao CREA.**

RESUMO

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação, diante de todo exposto esclarecemos que não se deve exigir atestado operacional registrado no CREA e sim do profissional.

Manaus/AM, 11 de maio de 2021.

Dalgiza Barroso do Nascimento

Proprietária

E F ACRIS EIRELI

Rua Canguçu, 2, sala 02, Cidade Nova II, CEP 69096-090, Manaus/Am.
e-mail: efalicit@gmail.com, (92) 99517-6871 / (92) 3345-9617

